

Orçamento enfrenta desafio do corte de R\$ 8 bi nas receitas

Senadores e deputados votam dois últimos relatórios setoriais hoje, mas principal problema é como resolver o impasse criado com a mudança na estimava de arrecadação do governo para 2011

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional se reúne hoje, às 18h, para votar os dois últimos relatórios setoriais da Lei Orçamentária de 2011 (infraestrutura; e fazenda, desenvolvimento e turismo). Mas o principal desafio vem a seguir: acomodar nos números já em discussão o anúncio, feito pelo governo federal,

de que sua previsão de arrecadação para o ano que vem deve ser cortada em R\$ 8 bilhões.

Depois das duas trocas na relatoria geral ocorridas na semana passada, a senadora Serys Slhessarenko deve assumir o cargo hoje, com a missão de não atrasar o cronograma, com votação final prevista para o dia 22. **3**

O que foi votado pela CMO (em R\$ bilhões)

Setor	Valor original	Valor aprovado
Saúde	74,4	75,7
Integração nacional e meio ambiente	7,2	7,9
Educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte	72,8	74,8
Planejamento e desenvolvimento urbano	35,7	37,4
Justiça e defesa	73,4	74,1
Poderes do Estado e representação	49,7	50,0
Agricultura e desenvolvimento agrário	12,8	13,6
Trabalho, previdência e assistência social	379,0	379,3
Infraestrutura*	—	—
Fazenda, desenvolvimento e turismo*	—	—

* Os dois relatórios devem ser votados hoje.

Fonte: Consultoria de Orçamento do Senado Federal

LexML publica íntegra de 55 mil decisões tributárias

Convênio assinado entre Senado e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) do Ministério da Fazenda amplia acervo do portal de informações legislativas. **2**



Presidente do Carf, Carlos Alberto Barreto (D), e diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra (E), assinaram convênio

Plenário vota indicação de Tombini para presidir o BC

A votação do nome de Alexandre Tombini para substituir Henrique Meirelles na presidência do Banco Central está entre os destaques desta semana no Plenário. **3**

Comissão pode destinar recursos do pré-sal para o royalty-criança **3**

Projeto na pauta da CCJ eleva tempo máximo de prisão para 50 anos **3**

Paim reafirma compromisso político com a questão social **4**

Mozarildo vê corrupção e má gestão na Previdência **4**

Augusto cobra votação de lei sobre terras indígenas **4**

Gurgacz pede que Câmara vote logo o Código Florestal **3**

Mão Santa celebra carta dos direitos humanos **4**

João Durval lembra a Dilma promessa para a educação **3**



Senador faz novo balanço de sua atuação parlamentar



Para Mozarildo, há dinheiro suficiente para segurados



Lei não atende necessidades atuais, afirma Augusto Botelho



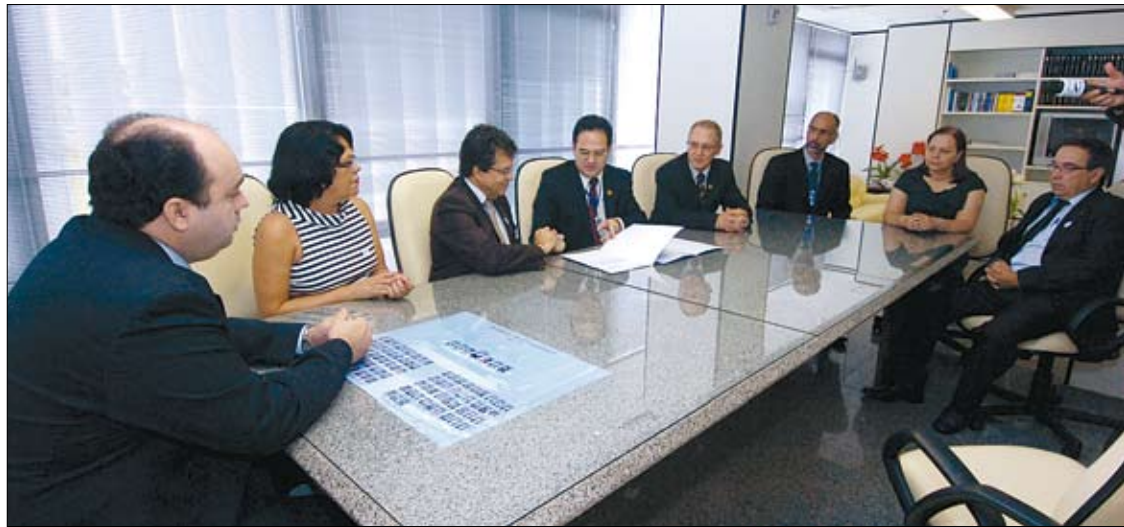
Senador critica BB por negar crédito a produtores de soja



Mão Santa elogia os 62 anos da Declaração da ONU



João Durval: Brasil não sobe no IDH por falta de escolarização



Mônica Kalume/Senado Federal

Dirigentes do Carf e do Senado assinaram o convênio na sexta-feira: 55 mil acórdãos disponíveis pelo portal LexML

Portal oferece decisões do Ministério da Fazenda

Convênio permite acesso às decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais por meio do site do Senado especializado em informações jurídicas e legislativas

O SENADO E o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) do Ministério da Fazenda assinaram, na sexta-feira, um convênio pelo qual o conselho passará a alimentar o portal LexML com suas decisões. Serão repassados os mais de 55 mil acórdãos do conselho dos últimos anos, que complementam decisões judiciais em matéria tributária.

O LexML é um portal especializado em informações jurídicas e legislativas, que permite ao usuário de internet encontrar leis, decretos, acórdãos, súmulas e projetos de lei.

O conselho do Ministério da

Fazenda é o primeiro órgão do Executivo a firmar parceria com o LexML.

Segundo Carlos Alberto Freitas Barreto, presidente do Carf, o convênio irá facilitar o acesso dos contribuintes às decisões do órgão.

– Um dos próximos passos é trazer as normas de interpretação das leis, editadas no âmbito do ministério – ressaltou.

Ao lembrar que o LexML foi lançado no ano passado, o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, reiterou que “o objetivo do portal é reunir informações específicas por meio de uma única ferramenta de

busca e de indexação, para que os usuários – sejam estudantes, especialistas ou cidadãos interessados no assunto – tenham facilidade e agilidade para obter informações.

Ele comparou o funcionamento do LexML ao do Google, mas com foco em documentos de caráter jurídico e legislativo.

Haroldo Tajra lembrou que, além do LexML, o Senado Federal é responsável por outros dois portais da internet: o Siga Brasil, com dados sobre o Orçamento federal, e o Portal da Transparência, com informações detalhadas sobre os gastos da Casa.

Senado celebra o centenário de Noel Rosa na quinta-feira

O Senado vai comemorar na sessão plenária de quinta-feira, às 14h, o centenário de nascimento de Noel Rosa, cantor, compositor, bandolinista, violonista e um dos mais importantes artistas da música popular brasileira, célebre por sambas inesquecíveis como *Com Que Roupa?*. A sugestão foi do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Nascido em 11 de dezembro de 1910, carioca de Vila Isabel, Noel Rosa foi o primeiro filho do comerciante Manuel e da professora Martha de Medeiros Rosa. Noel nasceu de um parto difícil com uso de fórceps, o que acabou causando um afundamento em sua mandíbula. Aos seis anos de idade foi operado, mas permaneceu com o queixo

um pouco retraído por toda a vida.

Com sua mãe, aprendeu a tocar bandolim e, depois, passou a tocar violão, instrumento utilizado por seu pai. Noel chegou a frequentar a faculdade de Medicina, mas abandonou o curso após dois anos.

O compositor tinha 26 anos quando morreu, de tuberculose. Para Inácio Arruda, apesar da morte precoce, Noel “mostrou ao mundo porque veio, teve uma vida cultural e artística pródiga e foi um dos maiores ícones da música brasileira”.

A carreira de Noel começou efetivamente em 1927, quando fundou o Bando de Tangará, com os igualmente famosos compositores João de



Reprodução/Senado Federal

Noel chegou a fazer dois anos de Medicina e morreu aos 26 anos

Barro (Braguinha), Almirante, Alvinho e Henrique Brito. Em 1929, Noel criou suas primeiras composições: *Minha Viola* e *Toada do Céu*. Posteriormente, trabalhou com dezenas de parceiros e integrou outros grupos musicais.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão de hoje é não deliberativa

14h A sessão plenária de hoje será não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

Presidência Renovação de contrato da Rede Sarah

9h O presidente do Senado, José Sarney, participa da assinatura da renovação do contrato de gestão entre a União e a Rede Sarah, no auditório do Hospital Sarah. Às 16h, grava, para a TV Senado, mensagem natalina aos servidores.

CMO Dois relatórios setoriais na pauta

18h Votação de relatórios setoriais do Orçamento para 2011 na Comissão Mista de Orçamento.

Terça-feira

Plenário Primeira sessão de debate do novo CPC

11h O Plenário realiza sessão extraordinária para discussão em primeiro turno do Código de Processo Civil.

CMA Normas de combate à poluição

9h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle debate com representantes do setor o projeto que fixa normas para proteção do meio ambiente e combate à poluição.

CRA Apoio aos produtores de laranja

9h30 Projetos que autorizam a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja e que instituem a Política Nacional de Abastecimento estão na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CAE Repasse do Dpvt a estados e municípios

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa o projeto que transfere para estados e municípios parte dos recursos da arrecadação do Dpvt, seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.

CE Centros olímpicos e combate às drogas

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina proposta que cria centros olímpicos e o projeto que institui programa de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso de drogas.

Missa Arcebispo celebra ação de graças

11h Missa de ação de graças, celebrada pelo arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, pelo encerramento dos trabalhos legislativos, no Salão Negro.

CCJ/CAE Desempenho do BNDES

14h30 Audiência conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos ouve o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Quarta-feira

Plenário Homenagem a Noel Rosa

14h Os senadores comemoram, na primeira parte da sessão, o centenário de nascimento do cantor e compositor Noel Rosa.

CE Regras para jornada escolar na rede pública

10h Audiência pública debate, na Comissão de Educação e Cultura, regras para a jornada escolar da pré-escola e dos ensinos fundamental e médio na rede pública.

CCJ Aumento da pena máxima para 50 anos

10h Entre os 77 itens em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estão projeto que aumenta para 50 anos a pena máxima de prisão no país e proposta sobre a regulamentação da acupuntura.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Augusto Botelho

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



João Durval lamenta que Brasil não tenha avançado mais no IDH da ONU

João Durval cobra promessa de Dilma para a educação

É fundamental que a presidente eleita, Dilma Rousseff, cumpra a promessa de investir 7% do produto interno bruto (PIB) na educação. A cobrança é do senador João Durval (PDT-BA), em discurso na sexta-feira. Ele lamentou que o Brasil não tenha avançado mais no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas de 2010, em razão de deficiências educacionais. O país ficou com a 73ª colocação, entre 169 países analisados, tendo o nosso IDH se elevado de 0,693 para 0,699.

O senador lamentou que Dilma tenha dado declarações de que a educação não será uma de suas prioridades, por já estar "muito bem encaminhada". Para João Durval, o PDT sempre considerou que, para o pleno desenvolvimento do país, nada é mais relevante do que a escolarização das crianças e dos jovens.

Gurgacz apela por votação do novo Código Florestal

Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou a decisão do Banco do Brasil de negar financiamento para produtores de soja que plantaram em áreas desmatadas depois de julho de 2006 na Amazônia; lamentou a classificação do Brasil em 53º lugar entre 65 países participantes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) 2009; e pediu que a sociedade "não deixe morrer" o assunto dos problemas de segurança pública no país.

O senador apelou aos deputados para que votem logo o novo Código Florestal. Para ele, a lei atual "transforma pequenos produtores em criminosos ambientais". Quanto ao Pisa 2009, Gurgacz disse que o Brasil deve reavaliar currículos e métodos de ensino. Também afirmou que o tema da tomada do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, vem "esfriando" na mídia.



Gurgacz diz que lei atual "transforma pequenos produtores em criminosos"

Comissão mista do Congresso deve votar hoje, no final da tarde, os dois últimos relatórios setoriais. Maior problema é a redução de R\$ 8 bi na receita estimada

Orçamento avança, mesmo com trocas na relatoria geral

SENADORES E DEPUTADOS concluem hoje, em reunião prevista para as 18h, a votação dos relatórios setoriais do Orçamento da União para 2011. Trata-se de um passo importante para a elaboração do relatório geral, que deverá ser votado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e pelo Plenário do Congresso Nacional até o dia 22 deste mês.

Oito dos dez relatórios setoriais foram votados na semana passada, marcada por substituições na relatoria geral. O senador Gim Argello (PTB-DF), relator-geral desde que o PLN 59/10 começou a tramitar na CMO, renunciou à função na terça-feira, após denúncias publicadas pela imprensa de que ele teria incluído, no Orçamento de 2010, emendas que destinavam recursos a entidades fantasmas. A substituta, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), renunciou no dia seguinte por ter sido convidada pela presidente eleita, Dilma Rousseff, para assumir o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Por decisão da bancada governista no Senado, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) foi indicada para o cargo e deve ter seu nome homologado na reunião desta segunda-feira.

Relatórios

Ainda precisam ser votados os relatórios referentes a duas áreas: infraestrutura, do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), e fazenda, desenvolvimento e turismo, do deputado Rômulo Gouveia (PSDB-PB).

Já foram votados os seguintes relatórios: saúde, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA); integração nacional e meio ambiente, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE); educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte, do deputado Edmilson Valentim (PCdoB-RJ); planejamento e desenvolvimento urbano, do deputado José Guimarães (PT-CE); justiça e defesa, do senador Gilvam Borges (PMDB-AP); poderes do Estado e representação, do senador Adelmir Santana (DEM-DF); agricultura

e desenvolvimento agrário, do deputado José Maia Filho (DEM-PI); e trabalho, previdência e assistência social, do deputado Lázaro Botelho (PP-TO).

Corte

Ainda na segunda-feira, a CMO deve buscar solução para outro problema: o Ministério do Planejamento descobriu um "erro de estimativa" da receita de R\$ 12 bilhões, para menos. Com isso, a comissão terá de cortar R\$ 8 bilhões nos diversos programas previstos no Orçamento – os restantes R\$ 4 bilhões referem-se a transferências para estados e municípios, automaticamente cortadas no caso da queda de receitas.

Essa nova previsão é analisada pelo relator de receitas, deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que pode apresentar, na segunda-feira, um novo relatório sobre o assunto.

Apesar de ser um debate técnico, a decisão deve ser tomada pelos parlamentares, como assinala o relator.



Comissão Mista de Orçamento teve duas trocas de relator-geral na semana passada, mas, mesmo assim, votou oito dos dez relatórios setoriais para a Lei Orçamentária do ano que vem

Plenário analisa indicação de Tombini para o BC

A votação da mensagem presidencial que indica o economista Alexandre Tombini para a presidência do Banco Central (BC) deverá ser um dos destaques das votações em Plenário nesta semana. Tombini, sugerido pela presidente eleita, Dilma Rousseff, e indicado formalmente pelo presidente Lula, substituirá Henrique Meirelles e, se aprovado, deve entrar em exercício já em janeiro.

Meirelles foi indicado em 2002 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para atender ao pedido de Lula, e ocupa o cargo desde o início de 2003.

Já Alexandre Tombini é funcionário de carreira do BC há 15 anos e exerce atualmente o cargo de diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro da instituição. Formou-se em Economia pela Universidade de Brasília (UnB)



Alexandre Tombini foi sugerido por Dilma e deve entrar em exercício em janeiro

e obteve o Ph.D em economia pela Universidade de Illinois (EUA).

Estatais

Também está prevista para esta semana a votação do

Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/10, que alterou a Medida Provisória 500/10 e tranca a pauta. A partir de sua análise, outras matérias poderão ser indicadas pelos líderes para votação.

A proposição autorizou a União, as entidades da administração pública direta ou indireta e os fundos do qual o Tesouro seja o único acionista – como o Fundo Soberano do Brasil (FSB) – a adquirirem, permutarem e cederem ações e direitos econômicos entre si. A MP abriu caminho para que a União utilizasse o Fundo Soberano para viabilizar o processo de capitalização da Petrobras.

Embaixadores

De acordo com a liderança do governo, está prevista também a apreciação de indicações de embaixadores.

Pena máxima de prisão pode subir para 50 anos

O aumento do tempo máximo de prisão para 50 anos é um dos destaques da pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira.

Tramitam conjuntamente, em caráter terminativo, quatro projetos de lei do Senado sobre o assunto. Todos eles são relatados pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Amanhã, a CCJ realiza audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para analisar o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O presidente da instituição, Luciano Coutinho, foi convidado para a audiência pública.

Projeto usa o pré-sal para criar o royalty-criança

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa amanhã projeto (PLS 2/10) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que institui o *royalty-criança*, que corresponde aos recursos que couberem à União provenientes da exploração de petróleo na camada pré-sal e repassados aos estados com base no número de matrículas na educação básica.

O projeto cria também o Fundo Nacional da Educação Básica (Fneb), vinculado ao Ministério da Educação, que administraria o *royalty-criança*. A iniciativa complementa a proposta, em tramitação na Câmara, que cria o Fundo Social do Pré-Sal (PL 5.940/09).

CPI da Pedofilia lê relatório final na quarta-feira

Após quase três anos de funcionamento, tempo em que propôs mudanças legislativas e investigou casos de abusos de crianças e adolescentes, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia deverá apresentar na quarta-feira, a partir das 15h, o relatório final, assinado pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Criada em março de 2008 e presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), a CPI conseguiu, já no primeiro ano, aprovar um de seus projetos (Lei 11.829/08), que prevê pena de oito anos de reclusão, mais multa, a quem tiver posse de material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes.

Em novembro passado, a CPI teve seus trabalhos prorrogados até o dia 22 de dezembro.

Senador afirma que projeto de sua autoria visa proteger tanto as comunidades dos índios como os colonos que são expulsos de áreas indígenas

Augusto pede aprovação de proposta sobre demarcação de terras indígenas

AUGUSTO BOTELHO (SEM partido-RR) pediu em discurso a aprovação do projeto de lei de sua autoria que regulamenta a demarcação de terras indígenas. Ele disse que “a legislação existente não dá conta da complexidade adquirida pela demarcação”. Observou que são inúmeras as demandas judiciais “e, não raro, graves conflitos surgem num perigoso processo de tensão social”.

O senador alertou que “a forma como essas demarcações são feitas não melhora a qualidade de vida dos indígenas nem das

pessoas que são expulsas dessas áreas”. Por isso, acrescentou, “o projeto visa proteger tanto as comunidades indígenas como os que são expulsos das comunidades”.

– Pensam que nos interessamos em demarcar olhando só um lado. Nunca fui contra nenhuma demarcação, mas quero que se respeite o direito de todos.

Segundo Augusto Botelho, a proposta busca suprir a falta de regulamentação para as demarcações. Ele destacou que o texto “sintetiza de forma cuidadosa e criteriosa medidas concebidas no

Judiciário e, principalmente, nas duas Casas do Congresso Nacional”. Também frisou que “o que está em vigor hoje, em termos de procedimento demarcatório, é o Estatuto do Índio, de 1973, além de um decreto de 1996”.

– Mas aqui o lobby para impedir que isso seja resolvido é muito grande – protestou.

Como exemplo dos problemas de que a atual legislação “não dá conta”, o senador citou os relacionados à reserva Raposa Serra do Sol, no estado que representa, e os conflitos na reserva Roosevelt, em Rondônia,

devido ao garimpo de diamantes – que já resultaram em diversas mortes.

– Acho que os índios devem ter o direito de garimpar, mas a Constituição não permite e o próprio Supremo Tribunal Federal diz que eles não podem garimpar – observou.

Augusto fez um apelo para que o projeto seja aprovado ainda este ano pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para ser enviado em seguida à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votado em decisão terminativa.



Senador homenageia os 62 anos da aprovação do texto pela ONU

Mão Santa lembra Declaração dos Direitos Humanos

Os 62 anos da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) foram lembrados por Mão Santa (PSC-PI) na sexta-feira.

Após lamentar a ausência de registros na mídia e de comemorações pelo governo, o senador leu cada um dos 30 artigos “que a inteligência humana entregou ao mundo para a paz”.

– Quantas manchetes sem sentido, sem rumo, quantas fofocas desnecessárias, e nada em homenagem àquele dia [10 de dezembro de 1948] que comemoramos hoje, talvez o mais importante da história da Humanidade – comentou.

Um dos artigos destacados por Mão Santa é o que garante a inviolabilidade da vida privada, da casa e da correspondência dos cidadãos.

Em aparte, o senador João Tenório (PSDB-AL) elogiou a lembrança “de fato tão importante para a história da Humanidade”.



Comemoração do Dia do Índio em uma aldeia: legislação atual não melhora a vida dos indígenas, segundo Augusto Botelho, que propõe regulamentar demarcações

Paim reafirma compromisso com questão social e distribuição de renda

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez na sexta-feira um novo balanço de sua atuação no Senado, orientada, como definiu, “pela defesa dos interesses dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas, dos desempregados e dos discriminados, com foco na questão social e na distribuição de renda”.

Para Paim, o Senado se tornou “uma trincheira de resistência

em defesa do interesse do trabalhador e do aposentado”. O senador destacou a aprovação e a transformação em lei do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10) e lembrou uma de suas primeiras conquistas como senador: o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

– Aquilo que era um sonho, a gente pode dizer que hoje é realidade. São duas leis federais abrangentes que beneficiam, eu diria, de forma direta e indireta, mais de 100 milhões de brasileiros – assinalou.

Na opinião do senador, o Congresso Nacional viveu um momento histórico com a aprovação do Estatuto da Igual-



Para Paim, Senado tornou-se “trincheira em defesa do interesse do trabalhador”

dade Racial.

– Esse estatuto é a principal lei aprovada depois da Lei Áurea – opinou.

Ele também destacou, entre suas contribuições, a adoção de um sistema para permitir que as emendas ao Orçamento a que tem direito sejam distribuídas equitativamente entre as prefeituras gaúchas.

– Outros estão usando a mesma fórmula, e isso faz justi-

ça, porque você não fica mais dirigindo as emendas, seja individual, de bancada ou de comissão, para a sua área eleitoral – destacou.

O parlamentar citou também, entre os projetos apresentados este ano, o PLS 214/10, que institui o programa Bolsa de Permanência Universitária; e o PLS 158/10, que isenta de Imposto de Renda as aposentadorias daqueles que têm mais de 65 anos.

Apesar de ter se destacado pela defesa dos direitos dos trabalhadores, Paulo Paim ainda lembrou que tem mostrado preocupação também com o empresariado.

Má gestão e corrupção na Previdência prejudicam segurados, diz Mozarildo

A Previdência Social não possui carência de recursos, mas é incompetente na sua gestão, afirmou na sexta-feira o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para ele, a corrupção impede que os recursos sejam aplicados em benefício dos segurados.

– O que acontece é que, na verdade, existe muita maracutaia, muita incompetência, muita corrupção e desleixo com a questão da previdência – disse Mozarildo.

Com base em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2009, o senador informou que, naquele ano, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagou benefícios a 33,1 mil segurados já falecidos, o que representou um prejuízo de R\$ 15,6 milhões aos cofres públicos. Entre as fraudes apresentadas no relatório, ressaltou Mozarildo, estão pagamentos irregulares de aposentadorias e pensões, entrega de medicamentos do programa Farmácia Popular, financiamentos para a agricultura familiar e repasses do programa Bolsa Família.

Ainda segundo o relatório do TCU



Mozarildo: “É gritante a falta de controle na administração dos recursos públicos”

citado por Mozarildo, o INSS mantinha ativo o registro de 229 mil pessoas falecidas, potenciais beneficiários da Previdência. O senador também relatou que três hospitais apontaram internação de pessoas falecidas. Um desses hospitais registrou a realização de tratamento por 13 meses após a morte do segurado, afirmou ele.

– A gritante falta de controle na administração de recursos públicos, por parte dos órgãos do INSS, tem-se revelado gravosa para os interesses nacionais e fonte de um prejuízo plenamente evitável, se houver vontade política e um verdadeiro choque administrativo no Estado brasileiro. Porque as pessoas falecidas estão recebendo! Quem está recebendo? Alguém está recebendo por elas e ficando com o dinheiro, portanto, roubando o dinheiro da Previdência – denunciou o senador.

Em apertes, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Mão Santa (PSC-PI) também criticaram a má gestão da Previdência Social.